Responsabilidade dos detentores de tokens

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Outros invólucros jurídicos em uso

Equipes de protocolos também utilizam a foundation company das Ilhas Cayman, a DAO LLC das Ilhas Marshall, a DAO LLC de Wyoming e a fundação de Liechtenstein. Cada uma tem suas vantagens. A foundation company de Cayman pode não ter membros e ser controlada por um supervisor que age conforme as votações da DAO. A DAO LLC das Ilhas Marshall reconhece a governança on-chain por lei. Nenhuma delas é tratada neste livro, salvo para fins de comparação. A experiência do autor é que os clientes que as escolhem para um protocolo com operações na Suíça ou em Singapura acabam precisando, de qualquer modo, de uma entidade suíça ou singapuriana, por causa da equipe, das relações bancárias e da substância regulatória.

A pergunta que todo detentor de tokens de governança acaba fazendo é se votar o expõe a responsabilidade. A resposta depende do invólucro. Se a DAO estiver envolta em uma associação suíça cujos estatutos tornam membros os detentores de tokens, o detentor é membro e está protegido pelo art. 75a do Código Civil suíço (ZGB/CC). Se a DAO estiver envolta em uma fundação suíça, o detentor não é

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

membro de nada, e a responsabilidade recai sobre o conselho da fundação. Se a DAO estiver envolta em uma CLG de Singapura, o detentor fica igualmente fora da sociedade, salvo se for indicado como garantidor. Se a DAO não tiver invólucro algum, o detentor é potencialmente sócio de uma sociedade simples ou membro de uma associação sem personalidade jurídica, com as consequências descritas acima.

A decisão no caso Ooki DAO firmou, nos Estados Unidos, que votar é participar e que a participação torna a pessoa membro.[1] O direito suíço chegaria a uma conclusão semelhante pela análise da sociedade simples, em que o critério é a contribuição para a finalidade comum, e o voto é uma contribuição. O conselho prático a um cliente que detém tokens de governança de um protocolo sem invólucro é, portanto, pouco animador: deter é seguro, votar é participar, e a participação em uma DAO sem invólucro expõe o votante às obrigações da DAO. Um family office suíço ou um fundo de Singapura que detenha tokens de governança como investimento deve ter uma política de voto e documentar o invólucro jurídico de cada protocolo antes de votar.

Notas

1. CFTC v Ooki DAO, No. 3:22-cv-05416 (N.D. Cal.), decisão de 20 de dezembro de 2022, que considerou a DAO passível de ser demandada como associação sem personalidade jurídica, e sentença à revelia (default judgment) de 8 de junho de 2023. Parte J, Capítulo VI. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.